

Novais, Pedro

Urbanismo na cidade desigual: o Rio de Janeiro e os megaeventos

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 16, núm. 1, mayo, 2014, pp. 11-
33

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951681002>

URBANISMO NA CIDADE DESIGUAL: O RIO DE JANEIRO E OS MEGAEVENTOS^I

PEDRO NOVAIS

R E S U M O : *O trabalho discute o modo como o tema da desigualdade é considerado no urbanismo no Rio de Janeiro. Para tal, trata das representações populares e científicas da cidade, que se encontram em um continuum entre a coesão e a fragmentação. O texto apoia-se na relação entre espaço físico e espaço social para, em seguida, demonstrar o papel do espaço físico e das representações do espaço na reprodução de relações sociais. Argumenta-se que o urbanismo no Rio de Janeiro sofreu uma inflexão nos anos 1990, resultando em experiências teoricamente inovadoras e politicamente conservadoras. Duas práticas discutidas são o “urbanismo de fragmentos” e os “grandes projetos urbanos”. O desconhecimento ou a naturalização da temática da desigualdade sugere a impossibilidade de o urbanismo contemporâneo, em suas versões cariocas, dar respostas às questões sociais.*

P A L A V R A S - C H A V E : *urbanismo; grandes projetos urbanos; megaeventos; representações coletivas; desigualdade socioespacial.*

INTRODUÇÃO

“Cidade Maravilhosa”, canção do carnaval de 1935, quando o Rio de Janeiro ainda era a capital do país, exalta a beleza natural e a fecundidade cultural do lugar por ela designado o “coração do Brasil”. Muito popular, veio a tornar-se Hino Oficial do município, embora este tenha perdido a centralidade política e sofrido com o declínio econômico que acompanhou a transferência da capital para Brasília em 1960. Nos anos que se seguiram, a cidade continuou a ser apresentada na mídia e em peças publicitárias como centro cultural do país e lugar de alto padrão de vida. Com a retomada econômica dos últimos anos e com o prestígio da atividade turística, intensificou-se a exploração simbólica de suas qualidades paisagísticas e culturais: estratégia de governos e do empresariado para o posicionamento da cidade, acompanhada com orgulho pelo carioca.

As qualidades da natureza e da cultura na cidade também são reconhecidas internacionalmente. Em 2012, após a avaliação de um dossier de candidatura elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “em parceria com a Associação de Empreendedores Amigos da UNESCO [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura], da Fundação Roberto Marinho, do governo e da Prefeitura do Rio” (VIANNA, 2012), a UNESCO conferiu ao Rio de Janeiro o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. A decisão considerou tratar-se de um “cenário urbano que engloba os elementos naturais-chave que moldaram e inspiraram o desenvolvimento da cidade”. Segundo o texto de divulgação, a paisagem exuberante, composta por montanhas, praias e florestas, serve de suporte para a vida ao ar livre e de inspiração artística para “músicos, paisagistas e urbanistas” (UNESCO, 2013, tradução nossa).

^I O autor agradece as sugestões e críticas recebidas de Claudio Rezende Ribeiro, Henrique Amorim Soares, Pedro Novais Lima e Raphael Barbosa Rodrigues.

A “Cidade Maravilhosa” é ao mesmo tempo lugar com elevados índices de violência, inclusive quando medida em termos de número de pessoas mortas em confronto com a polícia. A violência não é aleatória; relaciona-se à desigualdade social manifesta na disparidade de renda, de distribuição de capitais (cultural, social) e de condições de apropriação da cidade. Estudo do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), que compara o grau de desenvolvimento social de áreas urbanas no município, constata situações bastante distintas (CAVALLIERI; LOPES, 2008). Concentram-se na Zona Sul dezenas dos vinte bairros mais afluentes da cidade; na Zona Oeste, onde se dá a expansão urbana, encontra-se “grande contraste entre os bairros”; na Zona Norte predominam os bairros com Índices de Desenvolvimento Social baixo e médio. Estudo mais recente do IPP indica que a renda média domiciliar *per capita* da Zona Sul é 7,6 vezes maior que a da Região de Santa Cruz, na Zona Oeste (PCRJ/IPP, 2013, p. 9).

Registrado em dados e sistematizado em análises, como as do IPP, o município contradiz a atitude ufanista do carioca – insuflada pela representação dominante – que idealiza um todo harmonioso. A imagem que os dados permitem faz lembrar outra representação, conhecida no meio acadêmico, a da “Cidade Dual”². Uma perspectiva semelhante foi popularizada graças ao trabalho jornalístico “Cidade Partida” (VENTURA, 1994), que trata de dois universos sociais distintos, o da “favela” (urbanização precária) e o da “cidade” (urbanização regular). A imagem da cisão é reiterada na linguagem comum por termos opostos, que contribuem para estabelecer um quadro de referência para a percepção, o pensamento e a ação:

- “Morro” x “Asfalto”;
- “Formal” x “Informal”;
- “Favela” x “Cidade”;
- “Favela” x “Bairro”.

Os termos dessas dicotomias, que designam uma fratura, aludem à topografia predominante (sugerindo condições de acessibilidade), à situação jurídica da propriedade (reconhecida ou não pelo Estado), à oferta de serviços públicos e de infraestrutura (disponível ou inexistente) e à conformação urbanística (assentamento planejado ou improvisado). Sugerem, também, a diferença socioeconômica entre áreas. Técnicos que atuam no urbanismo recorrem a dicotomias semelhantes.

Arquitetos, engenheiros, geógrafos, sociólogos, dentre outros profissionais, empregam a expressão “áreas consolidadas”, modo pelo qual designam lugares cuja urbanização julgam conforme, em contraposição a áreas que consideram caracterizadas pela precariedade (frágeis e sem fixidez). Precariedade física, pois em geral situam-se em margens de rios, baixadas ou morros, estando sujeitas a inundações ou a deslizamento de encostas. Precariedade jurídica, porque, com frequência, a titularidade da terra está em pauta e a remoção dos ocupantes constitui ameaça contínua. Sobretudo se caracterizam pela precariedade locacional, que acompanha o pragmatismo das decisões urbanísticas as quais, invariavelmente, resultam no deslocamento de indivíduos e grupos que ocupam as posições mais baixas da hierarquia social. Ao evocar o definitivo para salientar o provisório, a dicotomia implícita na ideia de “área consolidada” contribui para que projetos indesejáveis sejam deslocados para as áreas precárias.

As representações da cidade, plasmadas por desejos e medos e por interesses em conflito, definem os desafios que devem ser enfrentados e limitam futuros possíveis. Na história houve diferentes iniciativas urbanísticas que açãoaram a representação

² Sassen (1991) sugeriu que as cidades estariam se tornando socialmente polarizadas devido a mudanças na estrutura sócio-ocupacional. A ideia foi contestada por Ribeiro (1999), entre outros, que, além do mais, detectou o uso político da representação da cidade dual, que facilitaria propostas tecnocráticas de intervenção urbana.

romântica da Cidade Maravilhosa, coesa e relativamente homogênea, mas que, na prática, contribuíram para fazer do Rio de Janeiro um lugar propenso a polarização (como sugere a representação de Cidade Dual). Para o urbanismo – prática voltada para intervir no espaço físico a fim de produzir efeitos sobre o espaço social –, entre a unidade e a desestabilização da sociedade encontra-se a questão da desigualdade socioespacial. O objetivo do texto é discutir o tratamento dessa questão no urbanismo, tendo em vista mudanças recentes na forma de conceber o projeto. Com este fim, e com base em casos selecionados, serão analisadas duas práticas conduzidas no Rio de Janeiro: “os projetos urbanos”, que privilegiam intervenções localizadas, e os “grandes projetos urbanos”, relacionados aos preparativos da cidade para os megaeventos esportivos.

O DESAFIO DA DESIGUALDADE SOCIOESPECIAL

Diferenças servem de fundamento para a definição de desigualdades, porém, “diferença” e “desigualdade” são noções diversas. A primeira refere-se à distinção socialmente estabelecida entre pessoas e grupos. Com base em categorias consideradas legítimas, demarcam-se grupos e estabelecem-se divisões. A segunda indica o processo suplementar de construção social que envolve o reconhecimento do que é desejável (LAHIRE, 2008). O grau de importância atribuído a objetos, ações, características individuais ou coletivas ajuda a fazer do conjunto de diferenças uma formação estratificada, isto é, a situar indivíduos e grupos em lugares distintos de uma hierarquia. Desigualdade é, portanto, a diferença percebida segundo uma escala de valores. Equivale a uma medida da estrutura social, pela qual se identifica a posição de um indivíduo ou grupo em relação a outro e, com isso, as vantagens e desvantagens comparativas que acompanham cada posição ocupada.

Desigualdade diz respeito à distribuição desequilibrada de recursos coletivos e à exposição desproporcional aos problemas decorrentes das práticas sociais. Tomada como fenômeno social, e não como medida, evidencia um caráter sistêmico: tende a se perpetuar graças à superposição de formas variadas de desigualdade que contribuem para renovar os obstáculos associados às posições da hierarquia social.

A noção de desigualdade é com frequência evocada em alusão a um senso de justiça. Também é identificada com perspectivas que atribuem valor positivo à diversidade, manifestação de certa horizontalidade, em contraste com a hierarquia. Princípios morais ou ideais éticos constituem motivos pelos quais a disparidade de condições e oportunidades é aceita como um problema social. Uma outra razão diz respeito a seus efeitos objetivos: as consequências da desigualdade, embora se imponham sobre grupos despossuídos, terminam por alcançar estratos de maior renda (WILKINSON, 2008). Essa capacidade de alastramento pelo tecido social motivará a ação de grupos para tornar o problema reconhecido – o que implica “produzir uma nova categoria de percepção do mundo social a fim de agirem sobre o mesmo” (LE-NOIR, 1998, p. 84) – e mobilizar a sociedade em torno de seu enfrentamento.

O ESPAÇO URBANO E A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE

Bourdieu (1997) chama a atenção para a homologia entre o espaço físico e o espaço social. O espaço físico é definido como o conjunto de lugares, que são considerados em termos absolutos como localizações de indivíduos, grupos ou coisas e, em termos relativos, como posições comparativas, contrastadas com outros lugares. Bourdieu refere-se à “exterioridade mútua das partes” que formam o espaço físico e, de modo análogo, observa que “o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem” (1997, p. 160).

Dividir o *continuum* socioespacial em espaço físico e espaço social é parte da estratégia de conhecimento que busca escapar das relações aparentes para identificar outros sistemas de relações. A divisão é complementada pela reunião das partes, na qual são identificados os vínculos e mecanismos que fazem corresponder e articular um espaço a outro, permitindo explicar o processo de reprodução socioespacial.

A produção do espaço resulta de ações realizadas a partir de lugares distintos na hierarquia social. Trata-se de processo disputado, com frequência desequilibrado, visto que os agentes têm condições desiguais para impor os seus interesses. Nesse processo, oposições no espaço social são traduzidas ou transplantadas – embora de modo imperfeito – para o espaço físico. Diferenças e desigualdades sociais manifestam-se espacialmente na distribuição desuniforme de serviços públicos e infraestrutura.

As homologias entre um espaço e outro revelam que o primeiro é uma espécie de expressão do segundo, isto é, que o espaço físico é uma “simbolização espontânea do espaço social” (BOURDIEU, 1997, p. 160). A correspondência, porém, indica apenas um dos sentidos da articulação bidirecional entre esses espaços. Isso se explica porque as estruturas sociais transformadas em estruturas físicas adquirem qualidades específicas. Harvey (2006, p. 170) refere-se ao “poder das objetivações”, relacionado à faculdade que os objetos têm de dominar ou constranger as práticas sociais. Bourdieu (1997) destaca que as estruturas sociais objetivadas, ou elementos estruturantes do espaço físico, além de se imporem sobre processos materiais, possibilitam a naturalização da ordem social, sendo também determinantes para a introjeção e a reprodução das estruturas sociais.

Os elementos estruturantes do espaço físico funcionam como vínculos entre indivíduo e sociedade. Por meio deles as diferenças, desigualdades e oposições sociais inscritas no espaço físico são retraduzidas em termos de estruturas mentais (relacionadas às predisposições individuais para perceber, pensar e agir, evidenciadas no pensamento e na linguagem). A retradução é estimulada porque as estruturas de um espaço e de outro exprimem uma mesma lógica. Bourdieu (1997) observa que a experiência continuada com a distância geométrica (e com o tempo de percurso) realizada, por exemplo, no deslocamento cotidiano do morador de áreas periféricas, concorre para que ele aceite a distância social que a sua posição guarda relativamente a outros estratos.

As representações urbanísticas da natureza da cidade e da globalização, as relativas aos modelos urbanísticos ou, ainda, aquelas voltadas para os métodos de decisão, evidenciam perspectivas em disputa pela autoridade para definir o futuro da cidade. Na forma de dicotomias (‘morro-asfalto’, ‘favela-bairro’, ‘área consolidada-área precária’, entre outros), a linguagem demarca diferenças e, assim, sanciona oposições e facilita a aceitação de desigualdades.

No mercado imobiliário carioca, a mudança na maneira de designar assentamentos precários é iluminadora do peso atribuído à dimensão simbólica na dinâmica urbana. Considerado estigmatizante, o termo “favela” foi substituído nos anúncios imobiliários por “comunidade”. Trata-se de estratégia para diminuir a resistência dos interessados em imóveis nas faixas mais altas do mercado, que evitam a proximidade a áreas informais da cidade. “Favela”, lugar do desconhecido, ou seja, de outra classe ou grupo social, inspira o medo. Remete à violência e à incivilidade, ao passo que “comunidade” sugere harmonia e o predomínio da afetividade.

A experiência na cidade é, assim, uma experiência com a ordem e estrutura sociais. Ela permite que o indivíduo faça equivaler as oposições no espaço físico com aquelas do espaço social. Desse modo, uma e outra dimensões do *continuum* socioespacial se determinam e reforçam, fazendo funcionar um processo de superposição de desigualdades. Além do mais, as oposições experimentadas em termos de assimetria de acesso à cidade são afirmadas no vocabulário, indício da interiorização das estruturas, que contribui, de forma suplementar, para naturalizar o que foi socialmente construído. A estrutura espacial tem, portanto, um papel decisivo para a reprodução social, em consequência, para a persistência da desigualdade. Com base nessa perspectiva, no final do texto será discutido o urbanismo desenvolvido no Rio de Janeiro a partir dos anos 1990. Antes, porém, apresentar-se-á o contexto intelectual de sua emergência.

INFLEXÃO NO URBANISMO DO RIO DE JANEIRO

O urbanismo busca intervir sobre características formais ou estruturais da cidade, considerada esta por sua materialidade. Distingue-se de intervenções urbanas anteriores por sua pretensão científica (CHOAY, 1979). Disciplinas diversas, inclusive ramos do conhecimento surgidos com as transformações da Revolução Industrial, concorrem no Urbanismo com o propósito de ordenar o espaço físico e, assim, impactar a sociedade e garantir bem-estar e desenvolvimento (MERLIN, 2009).

Choay (1979) distingue o urbanismo em formação, ao qual intitula “pré-urbanismo”, de sua fase já consolidada. No primeiro momento, quando ficou evidente a desestruturação da organização espacial, um conjunto diversificado de atores sociais veio a se interessar pelas questões urbanas emergentes: as multidões nas ruas, a pobreza, a insegurança. Filósofos, historiadores, biólogos, economistas, filantropos, políticos, entre outros, polemizavam em torno da natureza das transformações urbanas e de seu enfrentamento. Depois que o urbanismo se consolidou como prática legítima de intervenção na cidade industrial, mudaram os participantes e os termos do debate. Os generalistas foram substituídos pelos especialistas; as questões urbanas, de início tratadas em sua dimensão política, passaram a ser encaradas como desafios para a técnica.

São conhecidos os elementos essenciais da visão modernista, que dominou o debate durante parte do século XX. Recorre à racionalidade, valoriza o pensamento técnico e centraliza decisões. Embora se volte para intervir em espaços coletivos, a unidade de análise é o indivíduo, atomizado em relação à sociedade. De fato, há uma negação da experiência coletiva: na ontologia social do urbanismo modernista não se reconhece a diversidade, o que existe é um homem-tipo ao qual corresponde um

habitat-tipo (CHOAY, 1979). Contra a cidade existente, desordenada e conflituosa, no modernismo idealiza-se a cidade salubre e eficaz, instrumentalizada e reordenada segundo a atividade produtora, razão pela qual expressará a funcionalização taylorista. O projeto é tratado como um exercício de composição estética pela qual se posicionam no espaço vazio peças independentes e consideradas aprazíveis. O espaço é, assim, o fundo contra o qual se podem apreciar os objetos edificados (CHOAY, 1979).

No Brasil, o urbanismo foi identificado como atividade de arquitetos. O projeto de Brasília, elaborado por Lúcio Costa, e os primeiros edifícios públicos da capital, idealizados por Oscar Niemeyer, exemplificam o domínio dessa categoria profissional, bem como a influência do Movimento Moderno sobre ela. Embora Brasília tenha servido de referência a outras gerações de arquitetos, o urbanismo modernista perdeu legitimidade no país. O Estado, principal contratante, reduziu sua demanda. Também predominou o controle da urbanização com base no zoneamento e na legislação edilícia. Prevaleceu, ainda, o objetivo de garantir o eficiente funcionamento da cidade.

Com a democratização, consolidou-se a ideia das cidades como lugares de reprodução da desigualdade e como terrenos da luta política. A necessidade de regular o processo de produção do espaço foi uma das pautas levadas para a Constituição Federal (RIBEIRO; CARDOSO, 1994) e serviu de referência para o Plano Diretor Urbano do Rio de Janeiro, concluído em 1992. Os instrumentos do plano, porém, são econômicos ou jurídicos, sem atentar para a forma da cidade.

Para alguns arquitetos, a regulação urbana por meio dos planos diretores foi considerada uma expressão da “esquizofrenia burocrática”³ que não conseguia consolidar uma imagem articulada da cidade, concebida em termos de forma urbana. Tratava-se, além do mais, de um tipo de urbanismo estranho aos urbanistas: não bastasse a ênfase na norma ter sido acompanhada pelo abandono do projeto (resultado, também, das crises econômicas), os conhecimentos que demandava diferiam dos da formação profissional.

O urbanismo que se desenvolveu a partir dessa crítica tinha outro método – da norma para o projeto – e deslocava o problema a ser enfrentado – da democratização, com foco na desigualdade, ao desenvolvimento econômico, com atenção à desordem (RIBEIRO; CARDOSO, 1994)⁴. Em outras palavras, esquivou-se do desafio político relacionado ao tratamento das disparidades expressas na forma urbana e por ela acentuadas:

Se, por hipótese [...] o desenho urbano não tem o poder de provocar transformações estruturais na cidade (por exemplo, sobre os padrões de segregação, de oferta regressiva de serviços etc.), qual seria então a sua função social? Aqui, precisamente nesta definição, reside o primeiro desafio do desenho urbano. (FARRET, 1995, p. 331-332).

3.1. A RENOVAÇÃO DOUTRINÁRIA DO URBANISMO⁵

O marco da institucionalização das mudanças no modo de fazer urbanismo foi o lançamento do Programa Rio-Cidade, iniciativa que movimentou o debate urbanístico no início dos anos 1990, em virtude da seleção pública de projetos e da realização de obras em diversos bairros. Seguia-se a experiência conduzida por Oriol Bohigas antes dos preparativos para as Olimpíadas de 1992, em Barcelona, onde foram realizadas intervenções pontuais em espaços públicos, sendo o bairro a unidade de referência.

³ Luiz Paulo Fernandez Conde, arquiteto, ex-Secretário de Urbanismo e ex-Prefeito do Rio de Janeiro, responsável pelo lançamento do Programa Rio-Cidade, em entrevista ao autor em 25 de novembro de 2002.

⁴ Os planos diretores concebidos após a Constituição de 1988 e os projetos urbanos elaborados após o início dos anos 1990 diferem ainda quanto aos sujeitos do processo decisório e quanto à centralidade do Estado e sua relação com o setor privado.

⁵ “Revisão doutrinária”, ou seja, a reavaliação dos princípios e concepções tomados como verdade, é expressão empregada com frequência pelo Arquiteto Sérgio Magalhães (2010; PAES, MAGALHÃES, 2010).

O programa Rio-Cidade foi lançado com a justificativa de enfrentar a desordem urbana e contribuir para reverter a decadência econômica do Rio de Janeiro. Partia-se do pressuposto de que as intervenções nos espaços públicos funcionariam como uma “operação de resgate da avariada imagem carioca: a de eterna ‘Cidade Maravilhosa’” (IPLANRIO, 1996, p. 24). Também aumentariam a autoestima do cidadão, o que permitiria mudança de atitude com relação à cidade, além de incentivar o interesse na propriedade imobiliária individual, fazendo com que as obras públicas fossem acompanhadas por investimentos privados. A elevação dos preços dos imóveis era interpretada positivamente como resultante das intervenções, ou seja, dos investimentos públicos e dos investimentos privados, que os primeiros estimularam.

No programa Rio-Cidade e nas iniciativas urbanísticas que o seguiram houve um esforço para estabelecer diferenças com o pensamento modernista. Por exemplo, enquanto este negava a dimensão pública dos espaços de circulação, naquele a rua era enfatizada. Nas palavras oficiais: “afirmar a importância fundamental das ruas para o equilíbrio da vida social nas cidades e, em consequência, trabalhar para sua reabilitação, foi o objetivo número um do Programa Rio-Cidade” (IPLANRIO, 1996, p. 24).

O confronto com o modernismo também se fazia pela crítica à pretensão de um conhecimento “totalizante”, isto é, à tentativa, apoiada no formalismo lógico, de unificar conhecimentos relacionados ao complexo de questões concernentes às cidades. Argumentava-se, em contrapartida, sobre a imprecisão do objeto cidade e sobre a impossibilidade de decifrá-lo (MAGALHÃES, 2007). Magalhães (2014) observou que,

A geração de arquitetos que pensava projetar a arquitetura da nova cidade da perfeição se encontrou com a beleza da cidade imperfeita, da cidade diversa [...]. Mas nela também encontrou a cidade segmentada, a cidade fragmentada, segregada, a cidade partida, a cidade dispersa.

Segundo os seus críticos, a pretensão “totalizante” se expressava no desenvolvimento de projetos de grande porte, insensíveis às especificidades locais, concebidos sem horizonte temporal definido e desarticulados de forças sociais que os viabilizassem (PORTAS, 2003).

Ressalte-se, por fim, que a crítica e a renovação doutrinária que a acompanhou permitiam o enfrentamento de questões relacionadas ao prestígio da disciplina urbanística e aos interesses profissionais relacionados à recuperação do mercado de projetos em urbanismo. Secretário de Urbanismo quando do lançamento do Programa, o arquiteto Luiz Paulo Conde declarou:

[...] propugnávamos por uma política urbanística informada pelos mais recentes avanços teóricos do setor que enfatizasse o local, o desenho, a imagem e a cultura urbana. Por fim, desejávamos restituir à disciplina Urbanismo a liderança que entendíamos lhe caber no âmbito das intervenções na cidade, muitas vezes obscurecida pelos aportes, importantes, mas parciais, da Economia, da Sociologia, da Ecologia, e das Engenharias de Tráfego e transportes, entre outros. (IPLANRIO, 1996, p. 13).

As características do urbanismo que resultou de experiências como as do Programa Rio-Cidade evidenciam que a ruptura com o modernismo se processou simultaneamente na análise da cidade e no *modus faciendi* do projeto (NOVAIS; OLIVEIRA, 2006).

A sociedade contemporânea, explica Ascher (2001), experimenta um intenso processo de diferenciação, próprio da modernidade ocidental. A atenção às diferenças faz ver a cidade como território plural que congrega um conjunto de lugares: bairros, partes, fragmentos ou peças urbanas. As terminologias variam conforme o autor, mas enfatizam o mesmo: a diversidade resultante de histórias singulares de formação de identidades e de enraizamento territorial.

Note-se que, embora a diferença e a pluralidade sejam consideradas características importantes, a noção de desigualdade parece desconhecida, não sendo explorada de modo sistemático (embora, como forma de dar legitimidade a uma proposta, essa noção possa ser evocada em associação com outras com as quais não tenha vínculo). O termo conflito também não aparece. Entende-se que o processo de globalização pressione as cidades, entretanto, nas leituras que os urbanistas fazem, a tensão externa não contribui para cisões, mas para a coesão interna, considerada necessária para enfrentar os desafios.

A diversidade expressa pelos fragmentos é, portanto, tomada como expressão positiva e fecunda da vida urbana, que deve ser explorada pela valorização das particularidades de cada lugar, ou seja, pelo investimento na estruturação dos bairros e nas qualidades físicas de seus espaços públicos: estratégia para reforçar identidades locais e estimular a unidade social. Como se pode inferir, se o espaço modernista é homogêneo, na renovação doutrinária do urbanismo ele é heterogêneo⁶.

A essas características da cidade contemporânea, bem como para os interesses que a viabilizam, corresponde um modo específico de conceber a intervenção urbanística, do qual se podem destacar algumas particularidades. Em primeiro lugar, em contraposição à ideia de racionalidade que sustentava a prática modernista, no urbanismo recente ressaltam-se os limites do conhecimento, bem como os desafios do desconhecimento que decorrem tanto da indeterminação do futuro (TSIOMIS, 1996) como da coexistência de perspectivas e interesses distintos, ou mesmo divergentes.

Esse enfoque sobre o conhecimento supõe que a linearidade do projeto modernista – o qual centralizava o processo decisório e separava a concepção da implantação – seja substituída por espaços de decisão que permitam a interação horizontal (simétrica) entre os atores envolvidos e estimule ganhos de sinergia. Portanto, o projeto é conceituado como um lugar de negociação: nele convergem e são articuladas as diferentes posições e respectivos interesses, perspectivas e capitais (TSIOMIS, 2003; ASCHER, 2001). Os acordos acontecem, em parte, como resposta espontânea à tensão que o projeto torna explícito ao reunir posições diversas (INGALLINA, 2001) e, em parte, devido à iniciativa ao mesmo tempo disciplinadora e modelar do Estado que, por sua intervenção no espaço público, define o leque de resultados possíveis e também estimula intervenções privadas (PANERAI, 1994).

Em segundo lugar, e como decorrência da primeira particularidade, no projeto se estimula o processo, não o resultado. Considerada a complexidade e a imprevisibilidade das circunstâncias, afirma-se que o projeto deve ser “aberto”, isto é, adaptável, capaz de aceitar mudanças durante o tempo da intervenção, o que significa, também, que adote uma proposta espacial flexível, a fim de privilegiar “a interação” com o entorno. Tsiomis observa tratar-se de um “urbanismo de contexto” (1996, p. 27), ajustado ao lugar e, ao menos em tese, oposto aos modelos. A capacidade de acomodação às circunstâncias depende tanto da escolha dos interlocutores, que devem ser sensíveis ao ambiente externo, quanto

⁶ A ênfase na rua também pode ser lida como referência preliminar à ideia de fluidez do espaço urbano. A diversidade manifesta em fragmentos – que funcionam como polos de atração ou de repulsa – resulta em fluxos que canalizados pelos espaços de circulação, dinamizam a cidade.

das condições de reflexividade do processo decisório, que deve ser iterativo, incremental, retroalimentado (ASCHER, 2001, p. 79).

O “projeto urbano”, designação que qualifica a mudança ocorrida no urbanismo no início dos anos 1990, apoia-se na ideia de um entrelaçamento entre o “tecido espacial e o tecido social” (TSIOMIS, 1996, p. 26): intervir no primeiro a fim de garantir efeitos sobre o segundo, o que implica o foco na configuração – forma e estrutura – do espaço físico. Afirma-se ter havido “um lento e progressivo retorno da confiança no desenho enquanto instrumento de ação urbanística” (IPLANRIO, 1996, p. 21). Recusam-se, entretanto, as elaborações para toda a cidade. Esta é a terceira e, sem dúvida, a mais conhecida das particularidades dos projetos urbanos: são pensados como “projetos pontuais, para que suas consequências [imprevisíveis, apesar de virtuosas] se irradia[em] sobre todo o tecido urbano” (CONDE, 2003). O interesse é levar os seus efeitos para fora dos limites da intervenção e, se possível, para além do entorno imediato.

O URBANISTA E A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE

A última das particularidades a destacar no urbanismo atual é o recurso a temas diferentes dos empregados pelos modernistas (FORTY, 2004). Segundo Tsiomis (1996, p. 27),

Hoje, através do projeto urbano, inspirados na crítica dos princípios do Movimento Moderno, contra a simplificação das ‘funções’, são reintroduzidos conceitos que se tornam temas arquiteturais: identidade, centralidade, articulação, conexão, flexibilidade, mobilidade, complementaridade de funções e de formas urbanas. Estes são conceitos que se tornam temas operacionais do projeto urbano, com os quais os arquitetos podem trabalhar casos concretos.

Tsiomis, aliás, identifica duas classes de temas: os materiais e os imateriais. Temas materiais encontram expressão gráfica imediata, podendo ser “representados pelo trabalho de concepção do arquiteto” (TSIOMIS, 2003, p. 284), além de poderem ser objetivados no espaço (ex.: continuidade, limite). Temas imateriais são, em geral, oriundos de outros domínios do conhecimento e não conseguem ser traduzidos espacialmente (ex.: identidade, cidadania), pelo que demandam mediações no projeto.

A ênfase de Tsiomis ao que designa “urbanismo temático, [...] que desenvolve temas sociais e espaciais abstratos, mas que se transcrevem sempre no espaço” (1996, p. 27), permite reconhecer o modo de aproximação do urbanista com o problema de projeto. No entanto, a classificação de temas segundo a facilidade com que podem ser empregados indica desconhecimento de sua natureza. Os temas funcionam como ideias-força que presidem as decisões de projeto. Eles também particularizam a ação urbanística, identificando os elementos que estruturarão o espaço de forma homóloga às estruturas sociais.

Os temas ainda respondem à disposição de urbanistas para traduzir questões sociais em linguagem gráfica. Uma questão social (ex.: segregação), para se transformar em problema de projeto, suscitará a divisão do espaço pela distinção das partes que o constituem. As designações empregadas – fragmento, peça, retalho, para lembrar algumas – com frequência sugerem a analogia com alguma outra prática à qual o urbanista recorre para situar o problema e propor soluções.

As analogias permitem superar limites conceituais quando o urbanista se encontra diante de desafios que requerem ações estranhas aos expedientes sistematizados e às representações dominantes em sua disciplina. Nos casos mais comuns, a atividade médica (retalho, tecido, sutura, metástase, vascularização), a mecânica (peça, engrenagem), a física e a química (radiação, catálise), bem como a costura (retalho, tecido, cerzidura), inspiram as metáforas que passam a dominar a linguagem do urbanismo.

Para enfrentar o desafio implícito em uma dada questão, depois de distinguir as partes que constituem o espaço, as relações entre umas e outras recebem adjetivações. O objetivo do projeto consiste em explicitar as ações que poderão transformar qualificações negativas em positivas. A ordem dos atos para avançar da questão social para o conceito de projeto é aproximadamente a seguinte:

Atos na conceituação do projeto:	Exemplo de analogia à costura:
Questão social:	Segregação Social.
Distinções no espaço de projeto:	Identificação de um ou mais retalhos do tecido urbano por suas características.
Adjetivação com sentido negativo:	Desunido/desmembrado/separado.
	Ação: Coser.
Adjetivo com sentido positivo:	Entrelaçado/inserido/mesclado.

Por fim, os temas representam uma passagem para o universo simbólico do projeto urbano. Como ideia-força, um tema é necessariamente vago. Sua imprecisão dá espaço para obscurecer decisões involuntárias – por exemplo, quanto aos grupos que terão *centralidade*, quanto aos universos sociais que serão *articulados* –, associadas às predisposições do urbanista para perceber, pensar e agir ou, em termos de projeto, para analisar, conceber e intervir.

De igual modo, a escolha de uma analogia indica uma certa imagem a respeito do espaço: optar entre engrenagem e retalho, por exemplo, supõe perspectivas diferentes da realidade sob análise. A escolha, sem a explicitação da maneira como uma prática e outra podem ser relacionadas, sugere que as analogias resultam de uma identificação pré-reflexiva com as imagens que outras práticas suscitam. Tomados sem mediações, temas e analogias criam condições para que se imponham princípios de visão e divisão sobre a realidade – produtos das estruturas sociais incorporadas (BOURDIEU, 1997) –, que tendem a reproduzir no espaço as oposições dominantes na sociedade. Dessa forma, o urbanista termina contribuindo para conservar aquilo que foi chamado a abolir.

⁷ A discussão aqui empreendida aproveita-se dos resultados e desdobramentos das pesquisas “Grandes Projetos Urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira” (2006; coordenação de Carlos Vainer; apoio do Lincoln Institute of Land Policy, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e “Grandes Projetos Urbanos em Juiz de Fora: mapeamento e estudo comparativo” (2010; apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora).

DESCAMINHOS DO URBANISMO CARIOPA: OS GRANDES PROJETOS URBANOS⁷

As versões mais recentes de intervenção no espaço físico, relacionadas aos grandes projetos urbanos, configuraram desdobramentos da renovação doutrinária ocorrida nos anos 1990, estimulada pelo Programa Rio-Cidade. Caracterizam-se por uma análise da cidade e um modo de fazer o urbanismo que diz romper com o racionalismo. Em contraposição ao plano, enfatizam o projeto, que deve responder de maneira oportunista a uma realidade em mudança e materializar-se de forma pontual, embora com a ambição de produzir efeitos no entorno.

Apesar dos princípios comuns, as práticas aqui discutidas diferem no que diz respeito ao tratamento da questão da “desigualdade”. Se, no “urbanismo de frag-

mentos”, desigualdade é tema desconhecido – seu lugar é ocupado pelas noções de diferença e pluralidade –, nos “grandes projetos urbanos” ela é tomada como natural. Além disso, como se verá nos casos estudados, as condições de reprodução da desigualdade são muitas vezes estimuladas.

ALTERAÇÕES QUALITATIVAS RESULTANTES DA MUDANÇA DE ESCALA

No ano de 1996 a Cidade do Rio de Janeiro apresentou a sua candidatura para os Jogos Olímpicos de 2004. Embora a proposta não tenha sido vitoriosa, foi a primeira de uma série de tentativas recentes para desenvolver grandes projetos urbanos, isto é, intervenções de porte significativo, capazes de polarizar atividades econômicas – em especial as relacionadas ao setor imobiliário – e, assim, contribuir para reestruturar o território. A ênfase na escala de intervenção seguiu a experiência de Barcelona, que sediou as Olimpíadas de 1992, depois de ter experimentado intervenções nos bairros. Um dos autores do projeto de Barcelona, que participou da elaboração da proposta urbanística apresentada na candidatura do Rio de Janeiro, explicou o motivo da passagem do urbanismo em bairros para operações em maior escala:

Uma cidade não é feita apenas pela soma de pequenas ações – precisa de um projeto mais importante. [Em Barcelona,] a partir de 1983 começa-se a ter a ideia do que seria necessário para um grande projeto de cidade. E este projeto é a tese dos Jogos Olímpicos. Mas isso foi possível por causa do treinamento em projetos urbanos dos quatro anos anteriores. (MILLET, 1996, p. 30).

Além do porte, “projetos urbanos” e “grandes projetos urbanos” diferem por outras características. Aqueles investem na qualidade de vida nos bairros e são contidos em áreas bem delimitadas, sem atentar para a articulação do conjunto de lugares; estes voltam-se para desencadear processos de desenvolvimento econômico e buscam impactar o entorno (NOVAIS; OLIVEIRA, 2006; VAINER; OLIVEIRA; NOVAIS, 2012), sendo propostos para reestruturar a cidade. Além do mais, se nos primeiros o espaço é heterogêneo, nos últimos ele é fluido.

Essa representação que privilegia os fluxos espaciais suscita investimentos em redes de transporte e comunicação, e implica o reexame continuado das divisões estabelecidas no território (centralidades, vazios, regiões de planejamento, entre outras), o que, somado aos interesses em jogo, contribui para que o projeto seja apresentado como um processo decisório dinâmico: “estratégico, pragmático e oportunista” (ASCHER, 2001, p. 79). Devido ao porte, ao foco, à escala de referência e às qualidades do espaço – heterogêneo ou fluido –, “projetos urbanos” e “grandes projetos urbanos” também diferem na seleção dos interlocutores.

No urbanismo voltado para bairros negocia-se o projeto com uma vizinhança relativamente homogênea; o responsável pela ação é o poder público. Nos grandes projetos urbanos privilegia-se a articulação entre esferas de governo e entre os setores público e privado. Esses projetos constituem oportunidade para acordos políticos e para a transferência de recursos de um nível de governo para outro. Também facilitam relações mais próximas entre governos e atores econômicos considerados relevantes.

Na perspectiva dos seus apologistas, o envolvimento privado garante sensibilidade no trato de assuntos comerciais, qualidade necessária para promover resultados

⁸ As restrições relacionam-se à dificuldade para realizar gastos, ao tempo demandado para decisões e à impossibilidade de explorar economicamente o investimento realizado.

apropriáveis pelos atores envolvidos. A parceria público-privada é uma forma de superar as restrições impostas à ação governamental⁸, mas também é estratégia para evitar os constrangimentos que o Estado impõe, tais como os relativos ao controle do desenvolvimento urbano. A realização de um grande projeto supõe não apenas articular atores sociais, mas também desarticular instituições sociais.

A velocidade e a flexibilidade permitidas na tomada de decisões e na sua efetivação, a oportunidade para canalizar recursos de outras esferas de governo, assim como a chance de contornar constrangimentos institucionais constituem algumas das principais razões para a atenção que recebem as intervenções de larga escala. Esses motivos também permitem explicar o crescente interesse nos grandes eventos culturais (ROCHE, 2000).

Megaeventos envolvem a realização de inúmeros projetos, muitas vezes dispersos, desse modo possibilitando a reconfiguração do espaço urbano, que deve oferecer, de forma articulada, equipamentos (estádios), hospedagem (alojamentos, rede hoteleira), sistemas de telecomunicações, de transporte e mobilidade, além de sistemas de controle e segurança (MASCARENHAS, 2007). São, portanto, oportunidade para mudanças urbanísticas vultosas, além das econômicas e políticas (VAINER; OLIVEIRA; NOVAIS, 2012)⁹. Com base nesses argumentos, pode-se inferir o motivo da experiência Olímpica de Barcelona, em 1992 – considerada caso exitoso de atração de recursos e de intervenção urbana –, ter encontrado pronta acolhida quando apresentada ao Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, eleito naquele mesmo ano.

O “GRANDE PROJETO DE CIDADE” DE BARCELONA COMO REFERÊNCIA

O plano urbanístico da Barcelona Olímpica objetivou requalificar a cidade. Para tal, segundo Millet (1996), valeu-se de dois tipos de operação: as de “extensão” e as de “equilíbrio” urbano. O primeiro tipo faz referência ao Plano de Extensão (“*Ensanche*”) de Ildefonso Cerdá, de 1860. Tratava-se de integrar a periferia, “estendendo o conceito de cidade a um território muitíssimo mais amplo” (MILLET, 1996, p. 31). Para tal, as instalações olímpicas foram distribuídas em quatro áreas situadas nas extremidades da cidade (“esquinas”), sendo conectadas entre si por vias rápidas. As áreas olímpicas, onde as instalações se localizavam, foram concebidas como “portas de acesso” para a cidade. Por sua vez, o segundo tipo de operação, de “exercício de equilíbrio urbano” (MILLET, 1996), constituiu esforço para reduzir a assimetria de investimentos públicos e privados, historicamente concentrados no lado oeste do município.

De início, o governo socialista¹⁰ de Barcelona investiu em políticas urbanas voltadas para produzir efeitos redistributivos. Consistiam em intervenções pontuais, dispersas pelo território, pensadas para suscitar um processo de recuperação – a “metástase benigna” – capaz de alastrar-se pelo tecido urbano, contagiando de forma positiva a cidade existente (SÁNCHEZ, 2010).

No entanto, costuma-se apontar uma mudança de rumo na condução urbanística de Barcelona começando em meados dos anos 1980 (SÁNCHEZ, 2010; NOVAIS, 2010). A proposta de intervenções pontuais, de reconstrução das cidades a partir dos bairros, cedeu lugar a operações que objetivavam um “grande projeto de cidade” (MILLET, 1996, p. 30). Intervenções possibilitadas pela participação de um volume considerável de recursos públicos e privados, que exerceria influência direta no pla-

⁹ Na prática “os grandes projetos urbanos desencadeiam rupturas nos espaços físico e social, em suas múltiplas dimensões, e contribuem para a consolidação de mudanças na dinâmica socioespacial, caracterizadas por reconfigurações escalares e efeitos de desenvolvimento desigual na escala local.” (VAINER; OLIVEIRA; NOVAIS, 2012, p. 16).

¹⁰ A experiência urbanística barcelonense foi estimulada pela conjuntura política da democratização espanhola, que se desdobrou em meio a lutas por autonomia regional e disputas entre as elites políticas à frente do *Ajuntament de Barcelona* e da *Generalitat de Catalunya* (NOVAIS, 2010).

nejamento local, numa situação de franco contraste com o início da década de 1980, quando as intervenções urbanísticas dependiam exclusivamente de investimentos públicos (MARSHALL, 2000).

A PROPOSTA PARA OS JOGOS OLÍMPICOS DE 2004

O projeto da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2004 contou com apoio de consultores catalães. Em seminário de apresentação das áreas selecionadas, explicou-se que, como em Barcelona, a proposta buscava compatibilizar dois tipos de operação: as de “reconstrução”, voltadas para recuperar ou dinamizar áreas ocupadas, e as de “crescimento”, destinadas ao provimento de infraestrutura básica em áreas vazias ou retomadas de outro uso.

Na escolha das áreas para as instalações olímpicas buscou-se, como na cidade catalã, criar um “efeito de transmissão de centralidade” (MILLET, 1996, p. 31), pelo qual se faria a mediação entre as áreas centrais e a periferia. Porém, no caso do Rio de Janeiro, cujo território é cerca de doze vezes maior que o de Barcelona, a proposta de integração desconsiderou a metrópole, mantendo-se nos limites estritos do município carioca. A decisão nada tem a ver com a diferença de escala; foi pragmática, relacionada com a dificuldade de envolver e negociar com outras Prefeituras, e ainda, na ocasião, com a resistência de outros níveis de governo.

As áreas olímpicas formavam um polígono cujos vértices eram interligados por vias importantes, abrangendo parte significativa do município. O princípio de distribuição das áreas olímpicas também guardava uma semelhança com a experiência de Barcelona: garantir o “equilíbrio entre os quatro quadrantes da cidade” (MILLET, 1996, p. 32), o que significava que cada área deveria contar com intervenções voltadas para estimular o desenvolvimento do entorno imediato.

Um exemplo é a localização da Vila Olímpica, do Estádio e do Palácio de Esportes na Ilha do Fundão (MILLET, 1996). Trata-se de área pública próxima a região densamente povoada, com baixos Índices de Desenvolvimento Humano e Social. A maior parte da região contígua à Ilha do Fundão consiste em moradias em condições precárias. A população residente tem rendimento mensal abaixo da média, sendo alta a proporção de pessoas não alfabetizadas. A proximidade da área olímpica contribuiria para a melhoria das condições de vida nos bairros circundantes, premissa denominada “efeito de irradiação”: propagação da qualidade de um lugar para o entorno.

AS PROPOSTAS PARA O PAN-AMERICANO DE 2007 E AS OLIMPÍADAS DE 2012 E 2016

Como é sabido, os Jogos Olímpicos de 2004 aconteceram em Atenas. Apesar de haver perdido a votação em que o Comitê Olímpico Internacional escolheu a cidade-sede de 2004, as administrações do Rio de Janeiro continuaram a submeter propostas para sediar megaeventos. Considerando apenas os maiores, de cunho esportivo, a cidade foi selecionada para os Jogos Pan-Americanos de 2007, os Jogos Olímpicos de 2016, além da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Notam-se, porém, significativas diferenças entre a proposta para 2004 e as que se seguiram.

OPERAÇÕES DE CRESCIMENTO URBANO

As atividades dos Jogos Pan-Americanos de 2007 aproveitaram locais com infraestrutura e equipamentos esportivos em quatro áreas (Pão de Açúcar, Barra da Tijuca, Maracaná e Deodoro), internamente homogêneas, porém distintas entre si pela localização e distância ao Centro da cidade, pela situação socioeconômica (de alta e média rendas) e pela tipologia edilícia e urbanística resultante das circunstâncias de ocupação e desenvolvimento (BIENENSTEIN et al., 2007).

Levando-se em conta a diversidade, porém desconsiderados os lugares mais precários, as quatro áreas podem ser tomadas como representativas do território municipal, de modo assemelhado à proposta para as Olimpíadas de 2004, na qual se empregou a expressão “quatro quadrantes” para fazer referência à cidade em sua completude. No entanto, a semelhança resume-se à repartição geométrica do território em quatro partes. Diferentemente da anterior, a proposta para 2007 não manteve nem a extensão do “conceito de cidade” ao resto da metrópole, nem o estabelecimento de “equilíbrio urbano”, ao contrário, voltava-se para a acentuação da assimetria.

Nos Jogos Pan-Americanos de 2007, grande parte dos novos espaços e metade das atividades do evento foram alocadas na Barra da Tijuca¹¹. A região foi ocupada de acordo com o plano de Lúcio Costa, de 1969. Sua ligação com o restante do município foi melhorada na década de 1970, graças a obras rodoviárias feitas pelo poder público. A Barra da Tijuca tem sido tratada como área de expansão,¹² sendo de grande interesse do mercado imobiliário, sobretudo para as faixas de renda média e alta. Nas últimas duas décadas ali se intensificaram os recursos públicos em infraestrutura, seguidos por investimentos privados, estimulados por alterações pontuais na legislação urbanística que tornaram a região atraente para novos empreendimentos (BIENENSTEIN et al., 2007).

Na proposta para 2007, a concentração de instalações e atividades esportivas foi reforçada com a reestruturação do sistema de mobilidade urbana. Tais intervenções consistiam na conclusão de um anel viário que circundasse o município e na implantação de três eixos que interceptavam transversalmente aquele anel e confluíam para o Trevo das Palmeiras, ponto nodal da Barra da Tijuca¹³. A estruturação do sistema viário previa também ligações hidroviária e por trilhos entre o Aeroporto Internacional e o Aeroporto Santos Dumont (na área central da cidade), bem como ligação hidroviária desse último a um cais a ser construído próximo ao Trevo das Palmeiras (BIENENSTEIN et al., 2007; RIO, [entre 2001 e 2002]). Como se vê, na proposta para os Jogos Pan-Americanos de 2007, todos os caminhos levavam à Barra da Tijuca.

A atribuição de centralidade à Barra da Tijuca prevaleceu nas duas propostas que sucederam à do PAN 2007. Para as Olimpíadas de 2012 foram consideradas necessárias 31 instalações, a maioria, inclusive as principais, naquela região (RIO, 2003). A estrutura geral do sistema de mobilidade proposto era parecida com a do Pan 2007, porém, as novidades para o transporte público incluíam a ampliação das linhas de Metrô até a Barra da Tijuca, a implantação de um sistema tipo Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) na região, além da interligação hidroviária ao Centro.

Para os Jogos Olímpicos de 2016, a maior parte das atividades foi mantida na mesma região, denominada “coração dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016”¹⁴. A disposição do sistema de transporte para esse evento estrutura a cidade de modo assemelhado às propostas anteriores: um anel viário interceptado por eixos que

¹¹ O nome designa uma planície circundada por montanhas e limitada ao sul pelo Oceano Atlântico. Designa ainda um bairro de alta renda e a Região Administrativa na qual o bairro está incluído.

¹² Segundo o Plano Diretor, o bairro encontra-se na Macrozona de Ocupação Condicionada, onde o desenvolvimento deve respeitar a capacidade de suporte da infraestrutura, diferentemente da Macrozona de Ocupação Incentivada, onde o desenvolvimento é estimulado (SANTOS, 2013).

¹³ A partir do Barra da Tijuca, o primeiro eixo faz a ligação da parte média da via norte do anel. O segundo eixo, corredor exclusivo para ônibus, faz a conexão ao bairro da Penha, próximo ao Aeroporto Internacional. O terceiro eixo aproveita-se de uma via expressa para estabelecer uma ligação sobre trilhos com o Aeroporto Internacional.

¹⁴ Conforme a página oficial do evento (Disponível em: <<http://www.rio2016.com/os-jogos/mapa-de-competicoes/barra-o-coracao-dos-jogos-olimpicos-e-paraolimpicos>>. Acesso em: 21 jul. 2014).

convergem na Barra da Tijuca. Também houve mudanças nos modais para o sistema *Bus Rapid Transit* (BRT), além de ser prevista a implantação deste em dois trechos do anel. Soma-se a esses projetos o metrô entre a Zona Sul e a região centralizadora.

LEGADO E DESIGUALDADE

A centralidade da Barra da Tijuca é ressaltada nos documentos de apresentação dos eventos (RIO, [entre 2001 e 2002]; RIO, 2003). Círculos concêntricos formam uma escala gráfica que permite medir a distância de cada área olímpica em relação ao núcleo dos Jogos. Os círculos enfatizam um dos desafios para a realização do evento, o deslocamento de equipes de atletas, que deve ser resolvido pelo estruturação do sistema viário.

Criar o suporte físico, isto é, as instalações e a infraestrutura que conecta os diferentes espaços em que um evento acontece, pereniza o que é aceito como efêmero e, assim, dá visibilidade a problemas de difícil sustentação política: custos das obras, de manutenção, transtornos para a estrutura urbana, ociosidade, entre outros. Esse é o motivo do surgimento da ideia de legado, da dupla finalidade atribuída às intervenções: operacional, servindo ao evento, e urbanística, atendendo à cidade.

O termo “legado” sugere, porém, um outro desafio: o “projeto de cidade”, expressão que indica as intenções para a cidade que começam a realizar-se junto com os preparativos para o evento. Inspirado por representações da sociedade estruturada pelo mercado, conduzido por atores interessados em estimular a dinâmica econômica e orientado para produzir espaços de consumo para os estratos mais altos da sociedade, o projeto de cidade termina funcionando como lugar de tradução das desigualdades do espaço social em assimetrias no espaço físico.

Analizada em termos urbanísticos, e não apenas operacionais, a centralização das atividades na Barra da Tijuca, região economicamente dinâmica e urbanisticamente qualificada, contribui para manter o movimento pendular originado na periferia metropolitana. A estratégia tem princípio oposto ao da proposta para 2004, que sugere a intercalação de núcleos secundários entre áreas existentes, como forma de assegurar a “transmissão de centralidade”. Ao contrário, a ênfase na Barra da Tijuca constitui um investimento de conservação do desequilíbrio que alimenta os fluxos metropolitanos. Contribui ainda para que sejam mantidas as distâncias, isto é, as condições desiguais para o acesso à cidade experimentadas pelos moradores das áreas periféricas.

OPERAÇÕES DE RECONSTRUÇÃO URBANA

Ambicionando transformar o território no tempo, o urbanismo recente recorre a mecanismos de produção de efeitos no entorno, em especial quando se trata de áreas já ocupadas. Realiza-se em lugares selecionados para funcionar como vínculos entre a estrutura concebida para a macroescala e a transformação esperada na microescala. Esses vínculos supõem enraizamento no território, a fim de consolidar a relação com a estrutura e permitir que a dinâmica resultante alcance também outras áreas.

Embora na prática prevaleça a atenção à macroescala e o desprezo pelos vínculos com os lugares,¹⁵ na teoria idealiza-se a capacidade que o projeto tem de interferir na realidade. Considera-se evidente a sua influência e interação com o entorno, como se verifica na apresentação do projeto arquitetônico para o Complexo Esportivo Deodoro:

¹⁵ No PAN 2007 sobressai o caso do Estádio João Havelange, a maior obra construída para o evento, que não contou com infraestrutura no entorno.

Grande parte dos equipamentos esportivos e de apoio permanecerá como legado (um programa para competições similares se aplicaria também a futuros Jogos Olímpicos e Paraolímpicos), formando um conjunto com um grande potencial de catalisar uma revitalização geral de uma área suburbana significativa da cidade (Bangu-Realengo). (BCMF ARQUITETOS, 2007).¹⁶

16 As instalações beneficiariam bairros com área total aproximada de 72 km², onde residem cerca de 420 mil pessoas (os números podem ser maiores caso se torne a indicação “Bangu-Realengo” como Regiões Administrativas) (BCMF ARQUITETOS, 2007).

No extrato acima, utiliza-se um termo da química (catálise). No urbanismo carioca emprega-se também a palavra “irradiação”, sempre com um sentido positivo: indica uma virtude que transborda de um lugar e adiciona valor a outro. Com essa conotação existem poucos exemplos. Entretanto, quando considerada no sentido negativo, como um vício ou problema que atinge vizinhos, percebe-se serem inúmeros os casos dessa irradiação.

Processos de irradiação podem ser identificados, por exemplo, no Projeto Porto Maravilha, próximo ao Centro, em área de grande relevância histórica, ocupada por galpões e moradias de baixa renda. A localização é estratégica tendo em vista o restante da metrópole, com a qual existem ligações por diversos modais de transporte. O empreendimento tem ainda a vantagem de situar-se a meio caminho dos principais aeroportos, junto à rodoviária e próximo ao local onde há planos para construir o terminal de trens de alta velocidade que conectará o Rio de Janeiro a São Paulo. O Porto Maravilha encontra-se, portanto, em ponto de interconexão a partir do qual se podem acessar oportunidades distantes.

Incluído na carteira de projetos relacionados aos Jogos Olímpicos de 2016, o Porto Maravilha é uma Parceria Público-Privada que envolve, entre outras obras, a reconstrução das redes urbanas e a implantação de um sistema de mobilidade que reestrutura a área e modifica a sua articulação com o Centro.¹⁷ A intervenção tem sido criticada por impor o enobrecimento do entorno imediato, forçando inclusive a redução do número de habitantes da Providência, considerada a favela mais antiga do Rio de Janeiro. Um teleférico instalado na comunidade foi criticado pelos moradores em virtude do número de reassentamentos que exigiu e por haver ocupado parte de uma praça¹⁸. Apesar disso, o dispositivo foi mantido como elemento importante para composição paisagística e para a dinâmica do turismo.

Um segundo exemplo de irradiação é o da Vila Autódromo, contígua ao local onde será instalado o Parque Olímpico. A favela é de ocupação antiga e seus moradores possuem título de propriedade concedido pelo governo estadual. O projeto, elaborado por uma empresa britânica, manteve a comunidade. Mesmo assim, houve sucessivos esforços para a desocupação da área, ora justificada pela exigência de segurança dos atletas, ora pela importância de preservação da Lagoa de Jacarepaguá, ora ainda pela necessidade de implantação de uma das vias do sistema BRT (VILA, 2012).

Os impactos do Porto Maravilha e do Parque Olímpico explicitam formas a combinadas de irradiação: a imposição de padrões socioeconômicos e culturais da área núcleo do projeto sobre a sua periferia e a remoção de moradores para fora da área de intervenção¹⁹. Essa última maneira de interpretar a ideia de irradiação é profícua na análise de megaeventos, nos quais os processos de remoção tendem a ser significativos. No PAN 2007 houve a retirada de duas favelas (113 famílias deslocadas), sendo que outras favelas resistiram e conseguiram permanecer (BENEDICTO, 2008). Considerada a preparação das Olimpíadas de 2016, já em finais de 2013 havia mais de 8.000 famílias ameaçadas de expulsão (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2013). Os números são temporários e

17 O sistema de mobilidade inclui túneis e uma rede de Veículo Leve sobre Trilhos. Entre as obras incluem-se: a demolição de um elevado, novas habitações (incentivadas por mudanças na legislação), a reforma de antigos galpões do porto, a reforma de ancoradouros de navios de cruzeiro e a criação de dois museus.

18 Os moradores também consideraram o teleférico desnecessário, além de avaliarem que é alto o seu custo *per capita*.

19 No Morro da Providência, 149 famílias foram removidas e 692 encontraram-se ameaçadas de remoção (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2013)

aumentaram em relação a 2011. Em geral, os deslocamentos são orientados para a extremidade oeste da cidade, zona de urbanização precária, de poucas oportunidades ocupacionais e de acesso dificultado, seja pelo tempo ou custo de locomoção.

PRAGMATISMO NA PRÁTICA URBANÍSTICA RECENTE

De início situado na Ilha do Fundão como estratégia para requalificar parte da Zona Norte da cidade, a mudança do núcleo das atividades olímpicas recebeu diferentes justificativas. Na proposta para 2007, em termos de segurança pública. A Barra da Tijuca seria monitorada e controlada com facilidade por ser área plana, bem delimitada e porque seu acesso se faz por poucas vias. Argumentou-se, também, que permitiria maior mobilidade interna, em especial durante o evento: sendo área de ocupação recente, tem largas avenidas e ruas que facilitam o deslocamento, ao contrário da região próxima à Ilha do Fundão, densamente ocupada.

Outro pretexto para o deslocamento da Vila Pan-Americana foi o fato de a titularidade da Ilha do Fundão pertencer ao Governo Federal. Visto como fonte de problemas, isso poderia trazer entraves institucionais e inibir investimentos privados (BIENENSTEIN et al., 2007). Indicava-se ser mais fácil negociar com o setor privado do que com outras municipalidades, agências ou esferas de governo, na ocasião ocupadas por partidos diferentes. Uma última justificativa apresentada pelo Prefeito Cesar Maia foi o atendimento aos interesses da Organização Desportiva Pan-Americana (ODEPA). O Prefeito considerava que a escolha da Ilha do Fundão em 2004 fora um erro. Assim, quando passou a ser discutida a proposta para o PAN 2007, ele exigiu a mudança da área base para a Barra da Tijuca, convencendo-se de que a decisão fora fundamental para que a cidade ganhasse o processo seletivo para sediar os Jogos. Em sua opinião,

[Os consultores catalães] tiveram um conceito completamente equivocado de que as Olimpíadas serviriam à Cidade. Na verdade o Esporte é um grande negócio. Se o Comitê Olímpico Internacional olhar para uma cidade e não achar que será possível realizar um grande evento, que mobilize muitos recursos, muitos patrocínios e potencialize as diversas atividades, eles não vão para aquela cidade (Prefeito Cesar Maia, em entrevista ao autor em 17 de fevereiro de 2003).

A mudança de local da Vila do Pan em relação à proposta para 2004 confirmava uma tendência recente de sofisticação e encarecimento dos grandes eventos esportivos (OLIVEIRA; GAFFNEY, 2010). Até 1980, em Moscou, as Vilas Olímpicas eram voltadas para média e baixa renda (MASCARENHAS, 2011). Desde essa época, o padrão e os preços dos apartamentos subiram. No Brasil, os compradores dos imóveis da Vila Pan-Americana tinham “poder aquisitivo superior àqueles que adquiriram unidades das vilas olímpicas de Atenas e Barcelona” (BIENENSTEIN et al., 2007, p. 42). A mudança de padrão permitia o atendimento a outros interesses além dos da ODEPA.

Ainda assim, para estimular que empresas do setor imobiliário assumissem a construção da Vila do Pan, a Prefeitura alterou o gabarito máximo (de dois para dez pavimentos), o tamanho mínimo de cada unidade e, ainda, as exigências quanto ao número de vagas de garagem (BIENENSTEIN et al., 2007). Outras vantagens concedidas fo-

ram o financiamento, por um banco público, a juros abaixo da média do mercado, além de obras de infraestrutura urbana, que valorizaram o empreendimento.

Como se vê, as escolhas urbanísticas podem estar relacionadas a motivos que não são urbanísticos, nem de operacionalização, nem mesmo ligados a demandas específicas de patrocinadores e gestores dos Jogos. Decisões podem estar fundadas em interesses na valorização imobiliária ou nos tipos de contrato que as operações de “crescimento” desencadeiam, em contraste com as de “reconstrução”. Os diferentes motivos para as escolhas urbanísticas sugerem ser a negociação elemento-chave para situar o urbanismo contemporâneo.

“Urbanismo de atores” é a expressão empregada por Tsiomis (1996, p. 27) para referir-se aos liames, por diferentes formas – parceria, confronto, negociação –, entre atores individuais e coletivos em busca de seus interesses. A expressão não remete a espaços de participação representativos da pluralidade social, mas a um coletivo qualificado para decidir em nome da cidade. O princípio de constituição desse coletivo não se refere, portanto, à natureza diversa da sociedade, mas a um objetivo que a unifica. Desse modo se explica a seletividade na escolha dos tomadores de decisão.

A apresentação da proposta para as Olimpíadas de 2012 demonstra que, na ocasião, o interlocutor considerado era o Comitê Olímpico Brasileiro (COB):

Sob comando do COB nossa cidade foi produzindo um documento que reunia muito mais do que projetos e valores fáceis de serem colocados no papel. Reunia argumentos. Um deles, a facilidade de decidir com dois atores básicos e suficientes: o COB e a Prefeitura (RIO, 2003).

O comando do COB que, segundo o documento acima, “convidou diretamente a Cidade do Rio de Janeiro”, indica o lugar secundário do urbanismo no evento. Sendo a prática urbanística em grandes eventos fundada na negociação, tudo o que lhe diz respeito torna-se moeda de troca. As decisões se realizam de uma forma que revela o que está em jogo e o que é negociável: as dificuldades na política (lidar com oponentes) são contornadas com negociações no mercado (realizadas com aqueles que podem ser atraídos pelas vantagens econômicas), enquanto as condições para a negociação econômica são supridas por soluções e ofertas urbanísticas (mudanças na legislação, contratação de obras e serviços, implantação de infraestrutura). A afirmação do então Secretário Municipal de Urbanismo, Alfredo Sirkis, dá uma ideia do desprestígio do urbanismo na Prefeitura:

[e]m termos urbanísticos, o projeto pode até não ser tão revolucionário como o de Barcelona. Mas, em relação à habitação, ele é de melhor qualidade que os da Vila Olímpica espanhola e a de Atenas (CRISTINA; CASEMIRO, 2005 apud BIENENSTEIN et al., 2007, p. 42).

Demorar-se sobre o PAN 2007 permitiu evidenciar outra inflexão no urbanismo carioca e identificar algumas das características dos grandes projetos. Seria possível dizer que na proposta para as Olimpíadas de 2004 confiava-se ao plano urbanístico o papel de estruturador e dinamizador das mudanças desejadas. No entanto, as propostas para os Jogos Pan-Americanos de 2007 e para as Olimpíadas de 2012 e 2016 limitaram-se a registrar negociações econômicas e acordos políticos, bem como a indicar o suporte físico para o evento, sem compromisso com uma visão de cidade.

CONCLUSÃO: RETROCEDER PARA PODER AVANÇAR

O Rio de Janeiro é uma cidade desigual. Seu espaço espelha e contribui para reproduzir a desigualdade e aumentar a sensação de injustiça. Apesar disso, a imagem dominante tende a valorizar a coesão e a relativa homogeneidade do tecido social. As representações do senso comum, elaboradas para dar sentido ao que escapa à compreensão imediata, tendem a negar contradições, forma de tornar aceitável o nível de desigualdade com que se convive. O problema é que essas imagens são adotadas como suporte para as intervenções.

O urbanismo ressurgiu no Rio de Janeiro, no início da década de 1990, atento ao diagnóstico que indicava serem a estagnação econômica e a queda da “autoestima do carioca” problemas inter-relacionados. Apresentou-se como uma ruptura com o modernismo: projeto aberto, avesso a modelos. Correspondia a um ajuste da prática e revelava sintonia com outra representação de mundo.

As características e os desdobramentos dessa inflexão foi o que se buscou explorar no texto. Para tanto se analisaram duas práticas: o urbanismo de fragmento e o de grande escala. Iniciou-se pelo Programa Rio-Cidade, primeira oportunidade que duas gerações de arquitetos tiveram para projetar e discutir intervenções urbanísticas. Em seguida discutiram-se os grandes projetos urbanos, em evidência graças aos megaeventos.

O Programa Rio-Cidade alimentou-se de uma renovação empírica e teórica já experimentada na Europa. Como base para a sua perspectiva sobre o urbanismo encontra-se uma representação do espaço urbano que se interpõe entre a realidade e o projeto. Por ela, a cidade é um agrupamento de comunidades; cada bairro um conjunto social homogêneo, um amálgama do qual não se discernem partes. Além disso, os bairros são recortados do território, de modo que também não é possível pensar as inter-relações entre eles nem perceber que suas diferenças são expressões de desigualdades estruturais.

Quanto às intervenções ligadas aos megaeventos, elas constituem casos extremos que ajudam a compreender não apenas o lugar, mas o sentido do urbanismo. Diferentemente das propostas voltadas para redesenhar o espaço urbano, o projeto urbanístico em um megaevento é apenas um ponto de partida para a negociação. Nas decisões prevalece uma razão para a qual o projeto físico não representa um *interesse* (o que se deseja), apenas uma *posição* (o que se diz querer) que provoca acordos. Devido a sua natureza (negociável), as soluções que os grandes projetos apresentam não respondem a problemas ou desafios socialmente aceitos. Elas engendram novos desafios, suscitam outros problemas e recriam a agenda urbana local conforme acordos estabelecidos entre os negociadores (atores relevantes).

No caso do Rio de Janeiro, as propostas concentram-se na eficácia de uma cidade articulada. Não há, portanto, discussão sobre desigualdade, questão que as intervenções contribuem para manter ou aumentar. A desigualdade é intensificada em virtude do estímulo de centralidades distantes: os projetos analisados asseveram não apenas o distanciamento geométrico da periferia, mas a distância medida em termos de custo e de tempo para locomoção, elementos que colaboraram para a afirmação da distância social. A desigualdade também é incrementada pela concentração de investimento em lugares já nobres, ou ainda pela ocupação de áreas vazias, que impõe

novas demandas de infraestrutura e, em consequência, reduz a capacidade de ação do Estado.

Chamou-se a atenção no texto para a ausência do tema “desigualdade”, não encontrado na produção intelectual, no material de projeto, nem nos discursos políticos a respeito das experiências urbanísticas analisadas. A omissão, indicativa do seu não reconhecimento como um problema legítimo para o campo do urbanismo, sugere que a cidade está sendo analisada de uma posição não alcançada pelos efeitos da desigualdade. Pode também indicar que outras categorias são evocadas para explicar os problemas da sociedade, ou ainda que as questões sociais são outras, ou mesmo, que as representações sobre a coesão social ainda conseguem subsistir.

Se de fato é possível intervir no espaço físico e produzir efeitos no espaço social, a prática urbanística teria que superar em definitivo a representação modernista do homem-tipo, atomizado, e reconhecer os indivíduos em suas relações. Teria, ainda, que levar em consideração que os indivíduos e grupos encontram-se em condições distintas e, por isso, as relações entre eles são assimétricas. Desigualdade – juntamente com outros elementos sobre a realidade urbana – apareceria como um desafio à prática, porém não o único.

A experiência com os projetos urbanos a partir dos anos 1990 deu a arquitetos a oportunidade de recuperar o domínio da atividade e conectou urbanistas com um debate renovado. No entanto, ainda não foram incorporados à prática elementos que superem as dificuldades históricas do urbanismo, relacionadas às convicções e ideais nele impregnados.

Havendo surgido em época de grandes transformações e conflitos, o urbanismo consolidou-se como prática despolitizada. Cerca de dois séculos depois, no Rio de Janeiro, continua-se a negar a sua dimensão política. Politizar – outro desafio à pretensão da prática, de ser instrumento eficaz para agir sobre o *continuum* socioespacial – significa admitir os efeitos políticos das decisões tomadas e estabelecer controles para direcionar esses efeitos. Politizar também envolve reconhecer as condições que determinam a tomada de decisões e desenvolver mecanismos para lidar com o fato de que, inseridos em uma sociedade desigual, os agentes da prática urbanística estão predispostos a contribuir para a reprodução da desigualdade. A reflexão crítica sobre a realidade urbana seria, assim, acompanhada da autocrítica dos urbanistas.

BIBLIOGRAFIA

- ASCHER, F. *Les nouveaux principes de l'urbanisme*. Paris: Éditions de l'Aube. 2001.
- BCMF ARQUITETOS. Complexo Esportivo de Deodoro (CED): XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007. *Projetos*, São Paulo, ano 07, n. 083.02, out. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/07.083/2839>>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- BENEDICTO, D. B. M. *Desafiando o coro dos contentes: vozes dissonantes no processo de implementação dos Jogos Pan-Americanos*, Rio 2007. 2008. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- BIENENSTEIN, G. et al. Estudo de Caso: Jogos Pan-Americanos de 2007, Rio de Janeiro. *Grandes Projetos Urbanos: O que se pode aprender com a experiência brasileira*. Rio de Janeiro, 2007. (Relatório de Pesquisa).

Pedro Novais é arquiteto e urbanista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); mestre em Urban and Rural Planning pela Technical University of Nova Scotia; doutor em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ; professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ, Brasil. E-mail: pedrodenovais@gmail.com.

Artigo recebido em abril de 2014 e aprovado para publicação em maio de 2014.

- BOURDIEU, P. Efeitos do Lugar. In: _____. (Org.) *Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p.159-166.
- CAVALLIERI, F.; LOPES, G. P. Índice de Desenvolvimento Social - IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro. *Coleção Estudos Cariocas*, v. 8, n. 20080401, abr. 2008. 12 p.
- CHOAY, F. *O urbanismo: utopias e realidades: Uma antologia*. São Paulo: Perspectiva. 1979.
- COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2013.
- CONDE, L. P. F. Renovação urbana em processo de crescimento explosivo: depoimento. In: MACHADO, D. B. P.; PEREIRA, M. S.; SILVA, R. C. M. *Urbanismo em questão*. Rio de Janeiro: PROURB. 2003. p. 221-241.
- FARRET, R. Desafios sócio-políticos do desenho urbano. In: GONÇALVES, M. F. *O novo Brasil Urbano*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 331-334.
- FORTY, A. *Words and buildings: A vocabulary of Modern Architecture*. London: Thames & Hudson. 2004.
- HARVEY, D. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: _____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anna-blume, 2006. p. 164-190.
- INGALLINA, P. *Le projet urbain*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- IPLANRIO. *Rio Cidade*: o urbanismo de volta às ruas. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- LAHIRE, B. Diferenças ou desigualdades: que condições sócio-históricas para a produção de capital cultural? *Forum Sociológico*, Lisboa, n. 18, p. 79-85, 2008. Disponível em: <<http://forumsociologico.fcsh.unl.pt/PDF/FS18-Art.8.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P.; LENOIR, R.; MERLLIÉ, D. (Org.). *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59-106
- MAGALHÃES, S. *A Cidade na Incerteza – ruptura e contiguidade em urbanismo*. Rio de Janeiro: Ed. Viana e Mosley, 2007.
- _____. Remoção não pode ser tabu. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 abr. 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/f1004201022.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2014.
- _____. *Reflexão sobre o espírito público na arquitetura contemporânea*. Fortaleza. 22, abr. 2014. Palestra ministrada no XX Congresso Brasileiro de Arquitetos. Disponível em: <http://www.iabpj.org.br/Conferência_XX_CBA_230414_A.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2014.
- MARSHALL, T. Urban planning and governance: is there a Barcelona model? *International Planning Studies*, v. 5, n. 3, p. 299-319, 2000.
- MASCARENHAS, G. Mega-Eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da Cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-Americanos - 2007. *Scripta Nova*, Barcelona, v. XI, n. 245, p. 1-13, ago. 2007.
- _____. Megaeventos. Quem vai pagar a conta? [jul. 2011]. Entrevistadora: Katia Marco. *Brasil de Fato*, São Paulo, n. 437, 14 a 20 jul. 2011, p. 4-5.
- MERLIN, P. *L'urbanisme*. Paris: PUF. 2009.
- MILLET, L. A utilização dos Jogos Olímpicos para a estruturação urbana: Barcelona-Rio, semelhanças e propostas. In: IPLANRIO. *Rio 2004: As condições urbanísticas das áreas selecionadas para os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1996. p. 47-54
- NOVAIS, P. *Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”*: deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.
- _____; OLIVEIRA, F. *Survey sobre os Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano no Brasil*. Rio de Janeiro: Lincoln Institute of Land Policy, 2006. (Relatório de pesquisa).

- OLIVEIRA, N; GAFFNEY, C. Rio de Janeiro e Barcelona: os limites do paradigma olímpico. *Biblio 3W - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. XV, n. 895, nov. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-895/b3w-895-17.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- PAES, E; MAGALHÃES, S. Morar carioca. *Drops*, São Paulo, ano 11, n. 038.03, nov. 2010 Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/11.038/3653>>. Acesso em: 22 jul. 2014.
- PANERAI, P. O retorno à cidade. *Projeto*, São Paulo, n. 173, p. 78-82, abr. 1994.
- PORTAS, N. El surgimiento del proyecto urbano. *Perspectivas Urbanas / Urban Perspectives*, Barcelona, n. 3, 2003.
- PCRJ/IPP - PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO / INSTITUTO PEREIRA PASSOS. *Renda e Posse de Bens*. Rio de Janeiro: IPP, jun. 2013. (Cadernos do Rio).
- RIBEIRO, L. C. Q. Cidade Desigual ou Cidade Dual? Tendências na metrópole do Rio de Janeiro. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIONAL Y TERRITÓRIO, 5, 1999, Toluca. *Anales del V Seminario Internacional de la Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio*. Toluca, 1999.
- _____; CARDOSO, A. L. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. *Espaço & Debates*, n. 37, p. 77-89, 1994.
- RIO 2007 - XV Jogos Pan-Americanos. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos/RIOURBE. [entre 2001 e 2002].
- RIO 2012 – Cidade Postulante (documento de divulgação da candidatura do Rio de Janeiro às Olimpíadas de 2012). Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos/RIOURBE. 2003.
- ROCHE, M. *Megaevents and Modernity: Olympics and expos in the growth of global culture*. London: Routledge. 2000.
- SÁNCHEZ, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. 2. ed. Chapecó: ARGOS, 2010.
- SASSEN, S. *The global city*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- SANTOS, R. *O planejamento da cidade é o planejamento dos jogos?* O megaevento olímpico como instrumento de (re)ordenação do território carioca. 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- TSIOMIS, Y. Projeto urbano, embelezamento e reconquista da cidade. In: MACHADO, D. B. P.; VASCONCELLOS, E. M. D. (Ed.). *Cidade e Imaginação*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROURB, 1996. p. 24-29.
- _____. O projeto urbano hoje: entre situações e tensões. In MACHADO, D. B. P.; PEREIRA, M. S.; SILVA, R. C. M. *Urbanismo em questão*. Rio de Janeiro: PROURB. 2003. p. 279-293.
- UNESCO. *Rio de Janeiro: Carioca landscapes between the mountain and the sea*. UNESCO, 2013. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/1100>>. Acesso em: 15 jul. 2014.
- VAINER, C. B.; OLIVEIRA, F. L.; NOVAIS, P. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos. In: OLIVEIRA, F. L. et al. (Org.). *Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2012. p. 11-23.
- VENTURA, Z. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.
- VIANNA, R. Rio recebe título de Patrimônio Cultural da Humanidade. *Portal G1*, Rio de Janeiro, 01 jul. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/07/rio-recebe-o-titulo-de-patrimonio-cultural-da-humanidade.html>>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- VILA Autódromo: um bairro marcado para viver, 2012. (Manifesto) Disponível em: <<http://www.portalpopulardacopa.org.br/vivaavila/index.php/manifesto>>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- WILKINSON, R. *What difference does inequality make?* Paper presented at the Wellbeing -

the Impact of Inequalities Conference. Dundee, nov. 2008. Disponível em: <www.thpc.scot.nhs.uk/Presentations/Wellbeing/Wilkinson.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2014.

A B S T R A C T : *The paper discusses how the issue of inequality is considered in city planning in Rio de Janeiro. For such, it presents popular and scientific representations of the city, which form a continuum between cohesion and fragmentation. The text is based on the relationship between physical space and social space. It demonstrates the role of physical space and representations of space in the reproduction of social relations. It is argued that a shift occurred in city planning in Rio de Janeiro in the 1990s, resulting in theoretically innovative and politically conservative experiences. Two practices discussed are the “urbanism of fragments” and “large-scale urban projects”. Contempt for the theme of inequality or the naturalization of the problem suggests the impossibility of contemporary city planning in their local versions, to give answers to social issues.*

K E Y W O R D S : *urbanism; large-scale urban projects; megaevents; collective representations; socio-spatial inequality.*